

Versão	Ref	Data
1.1	Âmbito Retoma Progressiva	24-08-2020

ÍNDICE

1. Âmbito: Retoma Progressiva	3
-------------------------------------	---

1. Âmbito: Retoma Progressiva

No âmbito da aprovação da “Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2020” foi aprovado o Programa de Estabilização Económica e Social, com um horizonte temporal até ao fim de 2020, que assenta em quatro eixos:

- Temas de cariz social e apoios ao rendimento das pessoas;
- Manutenção do emprego e retoma progressiva da atividade económica;
- Apoio às empresas;
- Matriz institucional.

Para o PHC CS, o eixo que influencia o a aplicação, tendo para isso sido disponibilizado três extensões, é o eixo da “Manutenção do emprego e retoma progressiva da atividade económica”.

Este eixo apresenta um conjunto de medidas/apoios para as empresas continuarem com o mesmo nível de empregabilidade, sendo a medida “Apoio à retoma Progressiva” a que vem influenciar o processamento salarial.

Esta nova medida vem substituir o regime do lay-off simplificado, e poderá ser utilizada a partir de agosto de 2020 até dezembro de 2020. Uma vez que o regime do lay-off simplificado terminará a 31 de julho de 2020.

Os pressupostos desta medida são os seguintes:

- Progressiva convergência da retribuição do trabalhador para os 100% do seu salário;
- O pagamento pela empresa da totalidade das horas trabalhadas;
- Progressiva redução da isenção das contribuições da entidade empregadora à Segurança Social.

A nova medida de apoio só irá suportar casos de redução de horário de trabalho (deixa de ser suportada a suspensão de contrato) e as novas extensões processam os segundos recibos para calcular a compensação retributiva e focam-se nos seguintes pressupostos do novo apoio:

Entre agosto e setembro

- As empresas podem reduzir o período normal de trabalho até 50% se a quebra de faturação for igual ou superior a 40%, ou até 70% se a quebra de faturação for superior 60%;
- As grandes empresas têm uma redução de 50% nas suas contribuições para a Segurança Social e as MPMEs continuam com a isenção total de contribuir para a Segurança Social;
- As empresas pagam a totalidade das horas trabalhadas e pagam 2/3 das horas não trabalhadas das quais recebem da Segurança Social o apoio de 70% desse valor.

Entre outubro e dezembro

- As empresas podem reduzir o período normal de trabalho até 40% se a quebra de faturação for igual ou superior a 40%, ou até 60% se a quebra de faturação for superior 60%;
- As grandes empresas já não beneficiam da isenção da contribuição para a segurança social e as MPMEs beneficiam de uma redução de 50% nas suas contribuições para a segurança social;
- As empresas pagam a totalidade das horas trabalhadas e pagam 4/5 das horas não trabalhadas das quais recebem da Segurança Social o apoio de 70% desse valor.

Como se processa a emissão dos recibos com redução do horário de trabalho?

Os recibos de vencimento devem ser emitidos de forma habitual sem o referido apoio e incluindo as faltas que ocorreram nos períodos em que o funcionário esteve com o horário reduzido, como falta – hora justificada, sem qualquer remuneração e com o motivo de “não remuneração” preenchido com Lay-off.

Após a emissão dos recibos de vencimentos, os apoios devem ser processados em recibos à parte, sujeitos a IRS e Segurança Social como habitualmente, exceto a contribuição social da empresa que está isenta.

O processamento dos segundos recibos pode ser efetuado de duas formas:

1. De forma automática usando a extensão principal disponibilizada pela PHC.
2. De forma automática usando a extensão específica para um caso de redução de horário de trabalho apenas em parte do mês e com outras remunerações constantes (IHT, Subsídio de Turno, Diuturnidades e outras).

A Segurança Social disponibilizou um documento de [Perguntas Frequentes](#), relativo ao Apoio extraordinário à retoma progressiva de atividade, onde detalha com maior pormenor os cálculos dos vencimentos para quem se encontre abrangido por este.